

Saberes Culturais, Dinâmica Produtiva e Manejo Sustentável dos Recursos da Floresta

*Maria das Graças da Silva**

*Maria Goretti da Costa Tavares***

* Pesquisadora Visitante do ICS/UL/PT (Bolsista do CNPq), Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ, 2002), Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará e Socióloga, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e Meio Ambiente, Diretório CNPq e da pesquisa.

Av. Oscar Monteiro Torres, Nº 58, 3º Frt. 1000-220, Lisboa/Pt.
magrass@gmail.com

**Estágio Pós-Doutoral Univ. Paris I/Sorbonne (Bolsista CAPES), Doutora em Geografia Política (UFRJ, 1999) Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, Geógrafa, Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Turismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local".

Palavras-Chave: Dinâmica produtiva, Saberes Culturais, Manejo, Rio e Floresta, Sustentabilidade

O trabalho visa compreender e interpretar os saberes culturais que estão inscritos nas práticas produtivas e de manejo e uso dos recursos da floresta, de grupos sociais que vivem em territórios, às margens do rio Capim. Trata-se de comunidades ribeirinhas cuja realidade cultural é marcada pela precariedade social, econômica e política, reflexo de um modelo econômico, que na região Amazônia Brasileira, em particular, tem negligenciado as peculiaridades regionais e as singularidades locais. A compreensão das formas como dinamizam suas práticas produtivas, das relações que estabelecem com os recursos da floresta e se organizam socialmente, torna-se importante para uma aproximação dialógica entre o saber acadêmica e o saber prático e a identificação de outras possibilidades de relação sociedade natureza a partir de um estudo contextualizado. Tem como pressuposto que o saber acumulado tradicionalmente por esses grupos além de orientar as suas práticas sociais, permite desenvolver tecnologias que possibilitam a dinamização de seus processos produtivos e o manejo de recursos da floresta de forma sustentável, garantindo de maneira sistemática a sua reprodução social. A área de execução do projeto foi o município de São Domingos do Capim/PA que possui 1.691,3 Km² de extensão, situa-se na parte leste do Estado do Pará, na Mesorregião do Nordeste paraense. As condições de vida e de trabalho das comunidades selecionadas centram na pequena agricultura familiar, no extrativismo do açaí e na coleta de sementes, raízes e ervas, ou seja, da extração dos produtos produzidos pela floresta, embora a relação com o rio seja muito forte. Como procedimento metodológico, além das reuniões mensais com as comunidades, foi feito um diagnóstico socioambiental, realização de Encontros e Palestras para apresentação dos resultados do diagnóstico e debater questões sobre segurança alimentar e a queima de roçados, de oficinas com vistas ao aproveitamento de outros recursos da floresta e do rio, como alternativa ao cultivo da mandioca. Os primeiros resultados da pesquisa revelam a problemática socioambiental que as comunidades têm

enfrentado devido à inexistência de saneamento básico, a insuficiência de água tratada para consumo diário, sistema público educacional problemático, acesso ao atendimento de saúde precário e insuficiente e/ou inexistência assistência técnica, entre outras dificuldades. Os seus espaços de trabalho estão vinculados à produção simbólica. A terra é compreendida não só como espaço de trabalho, mas de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária e de educação. As representações da mata estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, constroem, ampliam ou reconstróem saberes que tem garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

Poderá a Herança do Alto Alentejo ser recuperada pelo Turismo em Espaço Rural? O caso do Triângulo Turístico de Marvão, Portalegre e Castelo de Vide

Ana Isabel Louro – FLUL
anaml17@hotmail.com

João Reis Martins – ESHTe
joaoreismartins@sapo.pt

Em Portugal, a interioridade tem fortalecido o fluxo unilateral de habitantes e actividades económicas para os centros urbanos. Cada vez mais o Rural deixa de ser um modo de vida para se tornar uma imagem do “natural” bucólico, em contraste com o movimento frenético das cidades.

Exemplo algo divergente é o Triângulo Turístico entre concelhos de Marvão, Portalegre e Castelo de Vide, em pleno Alto Alentejo, onde nos deparamos com uma franca aposta e evolução do Turismo em Espaço Rural (TER). É visível, numa zona de riqueza natural ímpar, a presença de actividades relacionadas com a herança histórico-cultural e simultaneamente de actividades físicas ao ar livre, entre outras.

Nestas condições, o espectro do perfil do visitante revela-se alargado. Difere o objectivo da sua visita e o seu olhar e sentir sobre o Rural. O gosto pela natureza e as actividades que desta advêm, a cultura e a tradição são hoje chamariz para uma experiência que se tem vindo a extinguir – viver o Espaço Rural.

As razões de atracção para esta área são várias. A verdade é que o interesse do turista e do visitante, tanto nacional como internacional, tem vindo a aumentar, num efeito “bola de neve”, reflectindo a vontade de este Espaço Rural recuperar e manter vivas algumas zonas de interesse natural e cultural, agora associadas à animação, cada vez mais presente na região.

Assim, a presença de várias formas de TER parece adequar-se às diferentes procuras, também elas promovidas, bem como uma forte aposta para o futuro da área, para que contrariem as condições, ainda marcantes, de área deprimida.

Palavras-chave: Triângulo Turístico, Marvão, Portalegre, Castelo de Vide, Turismo em Espaço Rural, Animação em Espaço Rural

A Dimensão Social na estimativa do Risco de Incêndios Florestais

Marisa Rodrigues* e
wgemarisa@portugalmail.com

Orlando Rodrigues*
orlando@ipb.pt

* Instituto Politécnico de Bragança

Palavras-chave: Incêndios florestais, risco de incêndio, percepção social do valor da floresta, gestão do território

A avaliação do risco de incêndio e a sua zonagem tem-se baseado em Portugal em duas metodologias principais: cálculo de Índices Meteorológicos de Risco de Incêndio e estimativa do risco estrutural de incêndio, tendo em conta diversos factores de risco (o declive e a exposição do terreno, o uso e a ocupação do solo, a visibilidade dos posto de vigia, a rede viária, a rede hidrológica, a densidade populacional, entre outros).

Embora se tenha vindo a demonstrar que a dissociação entre a distribuição geográfica dos incêndios e as previsões de risco obtidas a partir daquelas metodologias se deve, essencialmente, a variáveis de natureza social, estas variáveis só de forma muito incipiente são introduzidas nos modelos de cálculo do risco. De facto, tanto as causas das ignições como a iniciativa de combate (alerta aos bombeiros, primeira intervenção, apoio no combate) dependem, quase sempre, de atitudes e práticas sociais, ou seja da acção (ou inacção) das populações locais.

Sintetizando este conjunto de atitudes e práticas sociais no conceito de “controlo social” dos incêndios, pretende-se encontrar formas de integrar eficazmente esta dimensão na avaliação dos riscos de incêndio. Nesta comunicação apresentam-se dados preliminares de um trabalho de investigação acerca da contribuição dos factores sociais na definição do risco de incêndio.

Gestão dos terrenos comunitários do Noroeste da Península Ibérica: muito Estado e pouca participação

José António Ribeiro Lopes
Escola Superior Agrária de Coimbra (anamarag@gmail.com)

Os terrenos comunitários da Península Ibérica ocupam mais de um quarto da superfície total da região [cerca de um milhão de hectares (400 mil ha em Portugal e 600 mil na Galiza) (Baptista et al 2001; Fernández Leiceaga et al 2006)]. Pertencem a 2900 comunidades galegas e a mil portuguesas (números aproximados). Há duas modalidades principais de gestão: directa pelas comunidades e co-gestão com o Estado. É grande o número de casos em que não existe gestão directa – cerca de 50% na Galiza e mais de 60% em Portugal (mas em Portugal o peso de gestão directa seria apenas de uns 10% se não se considerassem os casos em que a gestão é exercida através das Juntas de Freguesia).

A existência de co-gestão está quase sempre associada à verificação de condicionalismos de tipo negativo: i) falta de capacidade ou de vontade por parte das comunidades (por demasiado pequenas ou envelhecidas ou demasiado alheadas, já não do uso, mas das potencialidades dos montes); ii) as responsabilidades institucionais e legais não foram assumidas em nome de interesses estabelecidos (os organismos administrativos não cumprem o estipulado, as assembleias de compartes não foram constituídas, a classificação dos *montes veciñais* foi protelada ou dificultada).

Entretanto os problemas de participação dos membros das comunidades na vida e gestão dos seus territórios observam-se também na modalidade de gestão directa, quer seja em Portugal, quer seja na Galiza.

Está longe de ser optimizado o potencial social, económico e ambiental dos terrenos comunitários. Só comunidades dinâmicas e participativas estão em condições de exercer os seus direitos de propriedade, de assumir as suas responsabilidades sociais e de implementar as práticas de gestão que garantam o uso e o aproveitamento adequados de baldios e *montes veciñais*.

A análise de diferentes alternativas de gestão permite a discussão dos aspectos fortes e fracos da gestão dos terrenos comunitários. Com essa finalidade, realizou-se um trabalho em 2 municípios de Portugal e da Galiza baseado numa análise de tipo 'multi-critério' que considerou interações ecológicas, sociais e económicas e os valores e preferências dos membros de diversos grupos de interessados. Resultados preliminares mostram que as alternativas 'comunidades', 'Estado', 'municípios' e 'privados' tinham avaliações insatisfatórias, sendo manifestada preferência por uma modalidade «mista» (ficcional) definida como uma gestão profissionalizada dirigida por uma parceria entre comunidades e o Estado igualmente representados.

Referências bibliográficas

Baptista, F., Lourenço, F., Santos, R.T., Simões, S., 2001. Os Baldios. Um Panorama da Região Norte. *IV Conferência Nacional dos Baldios*. Vila Real, pp. 35-48.

Fernández Leiceaga, X., López Iglesias, E., Jordán Rodríguez, M., Besteiro Rodríguez, B., Viso Outeiriño, P., Balboa López, X.L., Fernández Prieto, L., Soto Fernández, D., 2006. *Os Montes Veciñais en Man Común: O Patrimonio Silente. Natureza, Economía, Identidade e Democracia na Galicia Rural*. Edicións Xerais de Galicia, Vigo.

Factores de atracção e de repulsa dos territórios rurais deprimidos. Uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira)

Vanessa Duarte de Sousa

Socióloga, Assistente Convidada da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve

vsousa@ualg.pt

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Culturas Juvenis; Espaços Rurais Deprimidos

Não é possível reivindicar uma unilinearidade de tendências de desenvolvimento dos espaços rurais portugueses. Se a sua sobrevivência pode depender de uma redinamização globalizante, é certo que nem todos os territórios têm iguais condições de emancipação social. Parte-se do estudo das culturas juvenis de uma freguesia da serra algarvia para procurar empreender uma análise dos factores que têm conduzido ao abandono daquele espaço rural, assim como daqueles que ainda vão permitindo alguma sustentabilidade social. Os resultados apontam para um futuro em aberto, onde é tão possível a manutenção da situação de depressão, como a emergência de um novo modelo de desenvolvimento que articule a valorização desse espaço com as necessidades emergentes dos espaços urbanos.

A activação do património como recurso para o desenvolvimento local. O caso de uma aldeia em Terras de Basto

Jorge Moreira e Orlando Simões

CERNAS – Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade,
Escola Superior Agrária de Coimbra

Até à década de 70 do século XX, o sector agrícola ocupava uma posição unificadora de particular relevo no mundo rural português. Este sector gerava uma parte muito significativa dos empregos e dos rendimentos, ao mesmo tempo que garantia a humanização das paisagens. Porém, as profundas alterações decorrentes da adopção da Política Agrícola Comum, depois de 1986, desencadearam um rápido processo de transformação da agricultura e do mundo rural português. Neste sentido, vastas áreas do território abandonaram a sua função produtiva, restando uma população social e demograficamente fragilizada e com poucas alternativas de emprego e rendimento.

Neste quadro, e numa tentativa de revitalizar territórios mais ou menos marginalizados, a recuperação e preservação do património, particularmente no que concerne ao património construído, tem assumido particular importância, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações e a atracção de visitantes por via do fenómeno turístico. Procuram-se novas identidades e novos usos para indústrias obsoletas, criam-se processos de patrimonialização para espaços e tecnologias abandonadas, etc.

No presente trabalho foi analisada a aplicação de um mecanismo específico de apoio, a sub-acção 7.1 da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais (Medida AGRIS), na região do Entre Douro e Minho. Em termos metodológicos foram inquiridos, numa primeira fase, técnicos e responsáveis de Associações de Desenvolvimento Local/Rural (ADL/R) e órgãos autárquicos e, posteriormente, desenvolveu-se um estudo de caso na aldeia de Travassos, Concelho de Mondim de Basto, onde foi inquirida a população local.

De um modo geral, o trabalho realizado permitiu concluir que a aplicação da medida em análise permitiu uma participação integrada da população, técnicos e entidades públicas e colectivas em torno da recuperação e valorização do património, potenciando variadas iniciativas que se traduziram em mais valias sociais e económicas para as áreas intervencionadas. Por outro lado, foi possível, em termos culturais, a preservação da traça tradicional das mais variadas edificações vernaculares, evitando assim o seu desaparecimento. Este facto permitiu ainda a valorização estética dos núcleos rurais, o que se reflecte no aumento da atractividade das áreas intervencionadas, e possibilitou o ressurgimento de sentimentos de auto-estima e pertença das populações locais. Por fim, a sub-acção 7.1 da Medida AGRIS, possibilitou a manutenção de espaços rurais vivos e atractivos, onde se desenvolvem variadas actividades numa lógica multifuncional, o que, em última análise, poderá vir a inverter processos de regressão demográfica, social, cultural e económica, garantindo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Turismo Ecológico em Área Protegida: o caso de São Tomé e Príncipe

Brígida Rocha Brito – Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)

Palavras Chave: Turismo Ecológico; Desenvolvimento; Participação

Em São Tomé e Príncipe (STP), no início do ano 2000, o turismo foi oficialmente definido pelos órgãos de soberania como um sector estratégico para o desenvolvimento nacional, sendo reconhecida prioridade ao segmento ecológico. Contudo, ao longo dos anos tem evidenciado um desempenho económico marginal marcado por um conjunto alargado de factores, estruturais e conjunturais, tais como a situação de insularidade, a instabilidade política e governativa, as inadequadas condições de higiene e a precariedade da saúde pública, a incerteza das acessibilidades e a fragilidade dos serviços de acolhimento.

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento é dotado de um património ambiental diversificado, indenticando-se áreas protegidas classificadas de acordo com os critérios internacionais em Parque Natural e Zona Ecológica, caracterizadas pela biodiversidade e pelo endemismo de flora e de fauna.

Do ponto de vista turístico, o arquipélago reúne um conjunto alargado de potencialidades ambientais que se adequam à prática ecoturística e de observação privilegiando-se o contacto directo com a natureza, complementado pela criouliização sociocultural e pela concentração de elementos arquitectónicos e patrimoniais com relevância histórica.

É proposta a apresentação de estudos de caso observados entre 1999 e a actualidade definidos como projectos integrados, caracteristicamente desenvolvidos em meio rural no contexto das antigas unidades de exploração agrícola, as roças, e que promovem de forma diferenciada o envolvimento das comunidades locais mediante a adopção e a implementação de metodologias participativas.

O TER como instrumento de ordenamento territorial – ensaio de projecção sobre uma rede de aldeias históricas no Alto Minho

Carlos Manuel Fernandes Freitas
Universidade de Lisboa, FLUL
zebral78@gmail.com

Palavras-chave: TER, exclusão social, sustentabilidade, meio rural.

Em Portugal, o TER é visto essencialmente como um produto de elite, em que os benefícios económicos se concentram num pequeno número de investidores. Esta perspectiva é algo limitada, pois na generalidade o TER é quase apenas observado do ponto de vista económico. Contudo, esse modo de encarar a realidade rural põe em causa toda uma cadeia de factores (sociais, económicos e culturais), colocando em risco a própria sustentabilidade do meio rural.

A exclusão social, a desertificação humana e o excessivo envelhecimento populacional dos meios rurais são as principais causas da progressiva degradação da ruralidade portuguesa, tal como nós a conhecemos, e o TER, em todas as suas vertentes, pode ajudar na tentativa de reverter a situação, se apoiado num planeamento estratégico de ordenamento do território, mas de um modo progressivo e acompanhado.

No ensaio teórico apresentado, propõe-se a criação de uma rede de aldeias históricas no Alto Minho, lembrando o que existe na Região Centro, e que se provou ter relativo sucesso, sendo contudo proposto um modelo mais adaptado à realidade do Noroeste.

O projecto assenta essencialmente numa nova visão para o turismo de aldeia, tendo como finalidade explorar um conjunto de oportunidades a nível regional e local muito específicas. Daí que as aldeias (seis, no caso) tenham sido sujeitas a uma análise SWOT de modo a fundamentar um processo participado de estruturação do aproveitamento das suas potencialidades. Assim sendo, os principais objectivos para a projectada rede passam por obter a complementaridade dos seguintes itens, de maneira a possibilitar uma revitalização do meio:

- combater a desertificação humana e a exclusão social;
- preservar usos e costumes regionais;
- preservar o património imóvel existente;
- incentivar a micro-economia regional e local;
- preservar a natureza em toda a sua plenitude (natural e antrópica);
- criação de projectos de educação ambiental.

A complexidade do caso daria um óptimo pretexto para debater o porquê de o factor social e/ou económico ser tão descurado aquando do planeamento estratégico no que concerne ao turismo e ao ordenamento do território.

O dilema do comparte – a eficiência relativa da propriedade comum na gestão do território

Orlando Rodrigues
Instituto Politécnico de Bragança
orlando@ipb.pt

Palavras-chave: Gestão do território, dinâmicas territoriais uso da terra, baldios

O debate em torno da eficiência relativa das formas de propriedade comum (em particular dos baldios), face à propriedade privada, na produção de amenidades ambientais e na regulação do uso do território continua a ser largamente condicionado pelo epíteto “tragédia” cunhado em 1968 por Garrett Hardin. Nesta comunicação pretende-se reanalisar este debate, introduzindo a noção de partilha de recursos, por contraponto à de livre acesso ao uso dos recursos. A um mecanismo de partilha, ou de gestão partilhada, associam-se necessariamente formas de cooperação. Deste modo, a sobre-utilização dos recursos para além do que o conjunto dos compartes considera aceitável, implica não só custos directos privados associados ao uso, mas igualmente custos individuais indirectos, equivalentes à perda dos benefícios da cooperação. Pode, assim, considerar-se que, em formas de partilha de uso dos recursos, se estabelece um equilíbrio correspondente ao ponto em que o benefício marginal individual do uso de mais uma unidade do recurso, iguala o custo marginal associado à perda dos benefícios da cooperação.

É então possível demonstrar-se que, em determinadas condições, a propriedade comum é mais eficiente do que a propriedade privada na regulação do uso dos recursos naturais. Sustenta-se ainda que, nessas condições, a facilitação dos mecanismos de gestão partilhada do uso dos recursos naturais, pode ser largamente potenciador de dinâmicas de desenvolvimento rural.

Sustentabilidade Rural e Desportos Tradicionais. O caso das regatas de botes baleeiros dos Açores.

Tomaz Ponce Dentinho

Universidade dos Açores, Gabinete de Gestão e Conservação da Natureza, 9701-851

tomaz.dentinho@mail.angra.uac.pt

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, desportos tradicionais, barcos baleeiros.

O fim da caça à Baleia nos Açores eliminou uma actividade secular das pequenas comunidades costeiras dos Açores. No entanto a arte de velejar nos botes baleeiros foi mantida desde então através da realização de regatas regulares durante o período de verão e dos intensos treinos de preparação. O caso é reportado e discutido face à literatura que relaciona a sustentabilidade rural com a manutenção dos desportos tradicionais.

Amenidades rurais – que contributo? Estudo de caso em territórios rurais

Paula Lúcia da Mata Silvério Ruivo
Escola Superior Agrária de Santarém
Praceta Sacadura Cabral, nº 6
2090-161 ALPIARÇA
paula.ruivo@esa.ipsantarem.pt
plruivo@gmail.com

Nesta comunicação pretende-se apresentar e discutir os resultados preliminares de um inquérito realizado à população visitante das localidades rurais de Dornes, Castanheira e Ilha do Lombo, situadas na margem da Albufeira da Barragem de Castelo de Bode. O trabalho de campo realizado parece apoiar a possibilidade de construir estratégias de marketing dirigidas aos territórios rurais, baseadas na percepção da atractividade e dos benefícios sentidos no consumo das amenidades rurais inventariadas naquele território rural. Discutem-se, face aos resultados obtidos, diferenças entre segmentos de utilizadores dos territórios rurais, justificadas pela procura de diferentes grupos de amenidades rurais, determinadas pelas preferências pela natureza e o sossego, a vida rural, o património construído, o património imaterial e o desporto e a recreação. Existem igualmente evidências que permitem identificar a existência de ligações afectivas como factor determinante da escolha do território e de alguma sazonalidade da visita. O principal desafio será o de proceder à integração dos diferentes elementos territoriais, vectores de valorização dos territórios rurais, para que numa óptica de marketing, permita a adequação das intervenções da oferta em favor do incremento da atractividade dos territórios rurais.

O papel do desenvolvimento rural para a coesão dos territórios: novas perspectivas para o meio rural algarvio

Dora Sampaio – Universidade de Lisboa, FLUL
dorasampaio@fl.ul.pt

O principal objectivo desta comunicação é considerar a realidade assimétrica do Algarve, destacando o papel que os espaços rurais terão na coesão territorial desta região.

O dinamismo económico e atractividade da estreita faixa litoral contrastam com o crescente envelhecimento e despovoamento do Algarve Interior, ainda com algumas marcas de ruralidade.

Importa portanto olhar para os recursos naturais e humanos dos territórios rurais algarvios (e não só) numa perspectiva inovadora e potencializadora que prime por uma via de desenvolvimento rural sustentada, integrada, onde se articulem actores e meios com um objectivo comum de melhoria da qualidade de vida das populações residentes em espaços rurais.

A Serra de Monchique surge como um caso digno de reflexão. Neste território rural, com mais-valias evidentes, são relativamente recentes as iniciativas de desenvolvimento em espaço rural. Todavia, tornou-se óbvia a aposta num turismo onde a qualidade da paisagem, o contacto com a natureza e o (re)inventar de tradições são as marcas principais.

A evolução positiva deste sector confere novas perspectivas de desenvolvimento ao Algarve rural, fomenta novas relações e hierarquias territoriais e abre novas oportunidades para além do turismo de sol e praia do litoral.

Estaremos portanto a assistir a novas perspectivas para o interior, nas quais o desenvolvimento rural desempenhará um papel primordial? Considerando os factos expostos, parece evidente que sim.

Herança fundiária: problema ou oportunidade?

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas¹.

Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Palavras-chave: herança, sucessão, responsabilidade social,

A herança fundiária ou rústica em espaço rural é uma questão de enorme relevância tanto mais quanto se reporta a um universo geralmente envelhecido. Estão em causa problemas tão sérios como a sucessão geracional e empresarial e, de forma mais geral, a estratégia familiar face à “mudança do titular”. A herança fundiária transmite um legado histórico-cultural, um património afectivo mas, também, activos económicos e empresariais. A herança tanto pode valorizar estes diversos legados como interrompê-los abruptamente terminando com estratégias familiares de grande impacto económico, social e comunitário. Quer dizer, é imperioso, face a esta última eventualidade, medir ou avaliar o grau de responsabilidade social que deve assistir a quem lega e a quem recebe. Face ao primado e aos critérios do “desenvolvimento sustentável” o mundo rural não está em condições de malbaratar recursos escassos e capital precioso apenas porque ficaram entregues ao “aleatório sucessional”.

Esta comunicação tem uma intenção puramente exploratória e visa alargar o ângulo de observação sobre esta temática que teima em permanecer discreta e furtiva nos escritos científicos.

¹ Professora da Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de Ciências da Educação e Sociologia. E-mail: mcovas@ualg.pt.

Turismo de natureza na paisagem rural: que preferências?

Taveira R.¹ e Pinto-Correia T.²

Grupo Ecossistemas e Paisagens Mediterrânicos, ICAM/Universidade de Évora

¹ romanataveira@gmail.com

² mtpc@uevora.pt

Actualmente sabe-se que a agricultura, no seu sentido mais lato, não se esgota na produção de bens de mercado, uma vez que “há muitas formas de agricultura que produzem um vasta diversidade de benefícios e valores sociais, culturais, cénicos e naturais” (Ritchie e van der Weijden, 2004). Da diversidade de condições biofísicas naturais e da acção sobre as mesmas do sector agrícola, em conjugação com outras formas de ocupação humana, resulta uma paisagem rural que pode em muitos casos assegurar múltiplas funções valorizadas pela sociedade, sendo assim multifuncional.

Segundo Figueiredo (1999) “cada vez mais o espaço rural se torna palco de competição entre vários usos, todos eles decorrentes de legitimidades, de preferências e de percepções culturalmente marcadas e, por isso mesmo, diversas”.

Uma das procuras que tem vindo a ser observada na paisagem rural é o ecoturismo ou turismo de natureza, que surge como uma das funções não produtivas ou amenidades (“non-commodity”) (de Groot, 2006) da paisagem rural.

O conceito de ecoturismo é muito abrangente e as suas definições têm vindo a sofrer alterações ao longo do tempo e parecem depender das realidades locais onde a actividade decorre. Foi sendo desenvolvida a noção de que consiste “desde qualquer actividade de turismo baseada na natureza até uma forma de turismo não-invasiva, não-consumista, sustentável, pedagógica e de baixo impacto” (Orams, 1995 in: Che, 2006).

Neste estudo, integrado num projecto de investigação sobre a multifuncionalidade da paisagem rural e o papel que pode ser desempenhado pela agricultura neste contexto, no concelho de Castelo de Vide, pretende-se compreender as preferências de quem utiliza a paisagem rural para a realização de percursos, relativamente aos diferentes padrões de paisagem

Para este efeito, foram realizados inquéritos, a uma amostra de praticantes de ecoturismo neste concelho, compostos por cinco partes. 1) caracterização social e inserção geográfica do indivíduo; 2) associação livre de ideias sobre a paisagem rural; 3) preferências do inquirido, sendo utilizadas fotografias representativas dos usos do solo na paisagem do referido concelho; 4) manutenção da paisagem rural; 5) um conjunto de 26 afirmações sobre a paisagem e o concelho, sobre as quais o inquirido apresenta a sua opinião segundo uma escala de atitudes previamente fornecida.

Numa primeira análise, é possível perceber dois grupos de preferências nos utilizadores, relativamente às unidades de paisagem. Um grupo que apresenta preferências por uma paisagem com uma presença humana mais evidente, revelada pelas referências à agricultura na associação livre de ideias e pela escolha de fotografias de sistemas

agrícolas mais intensivos. Um outro grupo apresenta preferências por uma paisagem em que a presença humana é menos notória, traduzindo-se pela referência em associação livre de ideias a uma paisagem *mais selvagem, mais natural* e pela escolha de fotografias que retratam sistemas agrícolas mais extensivos, com uma maior evidência de aspectos naturais (p. ex. rochas e vegetação).

Pode também realçar-se que, no total dos inquéritos, na questão da associação livre de ideias o maior número de referências efectuadas são relativas ao património (18,64%), seguindo-se as referências à agricultura (14,86%), as sensações, sentimentos e aspectos visuais positivos (13,6%) e os aspectos naturais (12%). Quanto aos motivos para a escolha das fotografias representativas das unidades de paisagem, são apresentados em maior percentagem os referentes aos aspectos naturais (28,33%), seguindo-se os da classe de património/elementos construídos/estruturas e a dos aspectos estéticos e sensoriais (com 16,67% em cada uma das classes).

Pode ainda verificar-se que na possibilidade da combinação dos vários usos para realização de um percurso pedestre, a maior parte dos inquiridos prefere a diversidade entre usos mais intensivos e usos menos intensivos, entre o maior isolamento e a proximidade com a Vila.

Durante a realização dos inquéritos foi possível também constatar-se, à semelhança do que descreve Höchtl *et. al.* (2005), para uma área de estudo em Itália, que a maior parte dos inquiridos residentes no concelho mostram-se preocupados com a paisagem rural, descrevendo *os campos* como *sujos*, por oposição ao passado em que a agricultura mais intensiva procedia à remoção dos matos. Também como refere o mesmo autor, os visitantes apresentam “uma mistura de sentimentos sobre as consequências do abandono das terras agrícolas. Embora considerem que a paisagem mais naturalizada dele decorrente seja positiva, lamentam as perdas culturais para as comunidades locais”.

Referências bibliográficas:

- Che, D. (2006). *Developing ecotourism in First World, resource-dependent areas*, in: Geoforum, Elsevier, 212-226.
- De Groot, R. (2006). *Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-funcional landscapes*, in: Landscape and urban planning, 75, Elsevier, 175-186.
- Figueiredo, E. (1999). *Ambiente Rural – A utopia dos urbanos*, in: Desenvolvimento Rural: Desafio e utopia. Centro de estudos geográficos – Universidade de Lisboa, Lisboa, 263-269.
- Höchtl, F.; Lehninger, S.; Konold, W. (2005). “*Wilderness: what it means when it becomes a reality—a case study from the southwestern Alps*”, in: Landscape and urban planning, 70, Elsevier, 85-95.
- Ritchie, M.; van der Weijden, W., *et. al.* (2004). *Values of agrarian landscapes across Europe and North America*, s.l. Center for Agriculture and Environment, Renewing Countryside, Institute for Agriculture and Trade Policy.

**Dinâmicas e Desafios Territoriais. O caso particular do
Plano de Intervenção Terras do Pulo do Lobo:
“Lugares com História, Plenos de Futuro”**

Jorge Revez

Sandra Cascalheira

Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM)

Esta apresentação tem por objectivo discutir estratégias de desenvolvimento para os territórios rurais, com base na recente experiência da Associação de Defesa do Património de Mértola na implementação do “Plano de Intervenção (PI) Terras do Pulo do Lobo – Um Salto em Frente”. O presente Plano sustentou-se num trabalho de desenvolvimento integrado do Concelho de Mértola, enquadrado numa estratégia mais alargada de intervenção. Uma estratégia protagonizada por diversas entidades locais, envolvendo agentes públicos e privados, individuais e colectivos, tendo em conta o aproveitamento e rentabilização das potencialidades do território onde se inserem os aglomerados populacionais da Corte Gafo de Cima, Corte Gafo de Baixo, Mosteiro e Amendoeira da Serra.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Estratégias territoriais; Recuperação e Valorização do Património; Dinâmicas das formas de turismo em espaço rural;

Cordão Verde um contributo para a Valorização Territorial

Marta Cortegano

Paula Mendes

Associação de Defesa do Património de Mértola
interambiental@adpm.pt

A bacia do mediterrâneo apresenta-se como uma das áreas com maior diversidade ecológica nas latitudes médias. A combinação das suas características paleoclimáticas e paleogeográficas propiciaram a existência de um coberto vegetal extremamente adaptado às adversidades de um clima único no qual o Verão, estação seca, coincide com um período efectivo de seca fisiológica. O mediterrâneo aparece como um dos traços mais antigos da fisionomia humana no Globo tendo tido, um dos papéis mais importantes na história do Planeta e da Humanidade (RIBEIRO, 1991).

A Paisagem mediterrânica marcada por socos, plantações de oliveira, vinha, montado, pastagens e matos correspondeu, a 10 000 mil de anos de moldagem e adaptação contínua de entre o homem e o meio.

Em termos florísticos a bacia do mediterrâneo apresenta cerca de 25 000 espécies destas, cerca de 3000 podem ser consideradas como exclusivas do mediterrâneo e cerca de 1100 são endémicas (QUÉZEL 1985). A Península Ibérica apresenta em termos florísticos 15 géneros endémicos 986 espécies endémicas e 272 subespécies (GOMEZ-CAMPO et MALATO-BELIZ, 1985).

. A influência humana na biodiversidade tem uma origem milenar, tendo iniciado transformações mais drásticas no Neolítico com a difusão da actividade agrícola, introdução de plantas cultivadas e intensificação do uso do solo nos séculos seguintes. Todavia, as transformações mais profundas nos ecossistemas mediterrânicos ocorreram no século XIX com a progressiva intensificação e maquinização da actividade agrícola levando a uma transformação radical do círculo Mediterrânico com danos críticos para a flora e fauna. (A. PONS et P.QUÉZEL1985).

O crescimento exponencial da população e dos meios urbanos e mais tarde, a massificação da actividade de turística tiveram, também, consequências gravosas nomeadamente numa pressão crescente no espaço vital, dos ecossistemas mediterrâneos.

Face à diversidade biológica do mediterrâneo e ás supracitadas ameaças, surgiu, por parte da WWF a necessidade de tomar medidas estratégicas na conservação dos ecossistemas prioritários do mesmo, através, do fomento de áreas e recursos protegidos que garantissem a conservação da biodiversidade e das funções ecológicas, defendendo o envolvimento de ONG's.

Neste sentido, foram definidas 4 ecoregiões mediterrânicas que pela sua relevante diversidade ecológica, identidade paisagística e cultural foram considerados focos de

conservação privilegiados. O sudoeste da Península Ibérica e o Noroeste de Marrocos constituíram-se como uma destas ecoregiões tornando-se assim uma área prioritária para a conservação da biodiversidade imbuída na preservação de um património cultural e identitário ligado à exploração de sistemas agro-florestais.

A Associação de Defesa do Património de Mértola em sinergia com um vasto número de entidades, organizações para a conservação dos recursos naturais, assim como de ADLS locais e regionais, iniciaram um processo de constituição de um corredor ecológico desde o Sudeste ao Sudoeste de Portugal, constituindo um Cordão Verde, uma faixa ecológica para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade territorial.

Nos primeiros dois anos do projecto, foram desenvolvidos diversos estudos de âmbito territorial que resultaram na delimitação do Cordão Verde no território português. Este, tem uma abrangência territorial que se alonga desde o Vale do Guadiana (Nordeste), às Serras do Caldeirão (Sudeste), Monchique (Sudoeste) até o litoral Alentejano (Noroeste) constituindo assim, uma faixa ecológica entre a costa atlântica e o vale do rio Guadiana, com cerca de 4750 km².

Numa segunda etapa, foi apresentada uma proposta ao Programa PIC Leader + que pretendeu, através de várias acções específicas, como o fomento de um Plano de Acção para a Gestão do Território Cordão Verde, elaboração de uma exposição itinerante, dinamização de fóruns de discussão, e a edição de uma brochura derivada dos resultados da discussão Plano de Acção que, houvesse uma real sensibilização e envolvimento das entidades locais, assim como dos stake-holders, para processos de valorização identitária do território.

Transversalmente com diversas iniciativas de âmbito estratégico assim como de acções de restauro florestal, o Cordão Verde assumiu-se em Portugal como uma realidade processual, cada vez mais assimilada pela sociedade civil, órgãos decisores centrais e stake-holders locais e regionais. Sendo integrado nos planos de Ordenamento Florestal pretendendo, também, contribuir efectivamente nos planos de âmbito regional e local, garantindo assim, que o ordenamento do território e desenvolvimento rural seja abordado na perspectiva holística que o território Cordão Verde integra

Recentemente, o processo Cordão Verde foi alargado ao Sul de Espanha, pela necessidade de recuperar e preservar um território afectado pelo incêndio mais devastador dos últimos 10 anos, na Andaluzia. Neste sentido, surgiu a oportunidade das ADL's Espanholas criarem sinergias com os parceiros Portugueses na conservação e recuperação do seu território, alargando assim, o processo Cordão Verde até Espanha, através de um projecto Leader contando com várias as ADL'S da Andaluzia.

Com a recente extensão do território Cordão Verde surgem novos desafios e novas estratégias que trazem, essencialmente, o papel inovador de uma estratégia de gestão territorial concertada entre Portugal e Espanha.

Evolução da Oferta e da Procura do TER

Lúcia de Jesus

Instituto Superior Politécnico de Viseu – Escola Superior Agrária
mljesus@esav.ipv.pt

O turismo assume-se actualmente como um sector de grande importância para o país, representando cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e absorvendo perto de 10% do emprego (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - AICEP, 2006). Em 2004, o país posicionou-se em 19º lugar no "ranking" dos principais destinos turísticos, com 11,6 milhões de turistas estrangeiros, e na 21ª posição no "ranking" das receitas, com 6,3 mil milhões de euros.

Perante esta situação, não é de estranhar o facto de muitos agentes económicos terem adoptado um conjunto de medidas dinamizadoras, especialmente no âmbito da oferta e em regiões até há alguns anos atrás pouco exploradas sobre o ponto de vista turístico. É a este respeito de referir o aumento considerável do nº de empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER). Efectivamente, o enquadramento legal do TER deu-se em 1986 e daí até agora o número de empreendimentos quase setuplicou. As regiões Norte e Centro de Portugal continuam a ser as que detêm um maior número de empreendimentos, com aproximadamente ½ (no Norte) e ¼ (no Centro) do total de empreendimentos.

Apesar deste crescimento, o TER continua a apresentar taxas de ocupação-cama baixas - em 2006 apenas 13,6%, tendo aliás estas decrescido nos últimos anos. Refira-se que no mesmo ano a taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros foi de 39,1%. Para além das taxas de ocupação-cama do TER serem reduzidas, elas apresentam um pico na altura dos meses de Verão (nomeadamente em Julho e Agosto), sendo ao mesmo tempo mais elevadas nas regiões de Lisboa e do Algarve.

No futuro esta questão poderá constituir-se (a par de outras questões), como mais um entrave com que se deparam os gestores dos empreendimentos de TER, sobretudo aqueles que detêm os seus empreendimentos no Norte e Centro do país (com as mais baixas taxas de ocupação-cama). Só com muita dedicação, persistência, planeamento das acções a desenvolver e marketing do destino (a que se junta a do empreendimento), este tipo de iniciativas poderá ocupar um lugar reconhecido no seio da oferta turística nacional e regional.

Baseada numa pesquisa teórica e de elementos estatísticos, os objectivos desta comunicação são o de comparar a evolução da oferta de TER (no geral e por Nomenclaturas de Unidades Territoriais II- NUTS II) com a evolução das suas taxas de ocupação-cama (no geral e por NUTS II) e o de reflectir sobre algumas questões que poderão levar a um melhor desenvolvimento deste.

Preferências de paisagem para a função de habitação: relação dos “novos-rurais” e pessoas com 2ª habitação com a paisagem rural no concelho de Castelo de Vide.

Menezes H., Pinto-Correia T.

Grupo Paisagens e Ecossistemas Mediterrânicos, ICAM / Universidade de Évora

Para além das funções associadas à agricultura, a paisagem rural assegura outras funções ecológicas e ambientais, mas também e cada vez mais, funções como o ecoturismo, caça e residências para um número crescente de migrantes urbanos. Estudos apontam para o reconhecimento de certas características da paisagem, como potenciais factores explicativos para este fenómeno do “Renascimento Rural” (Paquette et al., 2001). Em Portugal, este fenómeno de migração urbana para o espaço rural, tem também vindo a acentuar-se, pela valorização emergente de simbolismos associados ao mundo rural, a procura de estilos de vida salutares e a consciencialização ecológica, que prefiguram atitudes e/ou intenções de aproximação temporária ou mesmo definitiva por parte de grupos da população urbana (Ferreira, 1999). Este estudo pretende contribuir para compreensão da ligação deste movimento com o carácter da paisagem, no sentido de valorizar áreas, presentemente em abandono, com elevado potencial para habitação.

O objectivo deste estudo pretende analisar algumas destas funções, relacionando a gestão actual realizada pelos agricultores (dados obtidos por inquéritos no âmbito do projecto), com o carácter da paisagem e preferência por características particulares, tal como expressa por vários grupos de utilizadores das funções não produtivas. O caso de estudo é o concelho de Castelo de Vide, identificado à escala nacional como uma área com agricultura extensiva e potencial para manutenção de qualidade ambiental elevada e de suporte de funções não produtivas (Pinto-Correia, 2006). Neste poster, em particular, pretende-se analisar a função de residência, para aqueles que deliberadamente escolheram o concelho para se instalarem: os novos-rurais e aqueles que aí têm segundas residências.

Foram desenvolvidos inquéritos para identificar as preferências, com base em fotografias representativas da paisagem, seleccionadas de um conjunto obtido segundo uma grelha, dentro de cada um dos 14 segmentos definidos como representativos da área de estudo, constituindo uma amostra estratificada da paisagem (Ramos e Teixeira, 2007). Foram realizados 35 inquéritos entre Abril e Julho de 2007, em vários pontos do concelho, tanto a novos rurais como a pessoas que têm no concelho uma segunda residência.

A análise dos dados revela que, em termos de amostra, metade das pessoas inquiridas são de fora de Portugal e 1/5 de Lisboa, tendo mais de metade a sua residência no concelho, localizada no campo. A actividade principal é ligada ao sector terciário, e geralmente são indivíduos com formação secundária ou superior. As razões mais identificadas como decisivas para a procura de habitação nesta área são: melhor qualidade de vida (47%), razões pessoais (26%) e oportunidade de emprego (11%). As actividades mais praticadas pelos inquiridos são essencialmente ligadas à natureza (43%)

e também ligadas à agricultura (29%). As características da paisagem mais valorizadas diferem conforme o perfil dos inquiridos, não sendo o papel da agricultura sempre determinante. Segundo o modelo *mindscape diamond* de Lorzing (2001), em que são identificadas 4 perspectivas em relação ao meio, segundo 4 eixos de influências (humanizado, exótico, natural e nativo), é possível localizar 2 grupos principais de inquiridos: os que valorizam a vivência no espaço rural e a paisagem humanizada (26%), resultante de uma agricultura tradicional (*traditional view*); e os que procuram isolamento (40%), preferindo paisagens com menos intervenção humana, mais naturalizadas (*ecological view*).

Referências bibliográficas

Ferreira, C. (1999). Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de “novos e velhos” residentes. Em: C. Cavaco (coord), Desenvolvimento rural – desafio e utopia, Centro de estudos geográficos – Universidade de Lisboa.

Lorzing, H. (2001). *The nature of landscape – a personal quest*. 010 Publishers. Rotterdam.

Paquette, S., Domon, G. (2001). Trends in rural landscape development and sociodemographic recomposition in Southern Quebec (Canada). *Landscape and Urban Planning*, 55: 215-238.

Pinto-Correia, T., Breman, B.C., Jorge, V., Dneboska. (2006). Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental – Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais. Universidade de Évora / Ministério da Agricultura, Lisboa.

Ramos, I. L., Teixeira, T. (2007). Aspectos de um sistema de monitorização da paisagem: aplicação ao Concelho de Castelo de Vide. *Agronomia Lusitana*, 51-4. Estação Agronómica Nacional, Oeiras.

O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida.

Fonseca, Fernando P.¹; Ramos, Rui A.R.²

¹ ffonseka@gmail.com; ² rui.ramos@civil.uminho.pt; Tel. 253604720

Departamento de Engenharia Civil – Universidade do Minho

Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Nas últimas décadas vastos territórios rurais de Portugal vêm padecendo de um problema estrutural de declínio demográfico, de desmantelamento das actividades económicas tradicionais e de progressivo abandono, com a consequente perda de qualidade de vida dos seus habitantes. As causas mais evidentes radicam na perda da capacidade competitiva desses espaços, no afastamento em relação aos grandes centros, na carência de oportunidades de emprego, de serviços e de equipamentos e, em última instância, da adopção de um (desajustado) conjunto de políticas de desenvolvimento que não conseguiram inverter as trajectórias em curso, tendo por vezes agudizado ainda mais os problemas.

Nos anos mais recentes, o turismo tem sido considerado (quer pelos responsáveis a nível central, quer pelos actores locais) como um sector com potencial para relançar a economia de muitos espaços rurais, procurando um aproveitamento mais racional dos recursos endógenos através de uma lógica de diversificação e de complementaridade de actividades (ditas tradicionais/rurais). Por outro lado, a emergência das actividades económicas associadas à promoção do turismo nestes espaços vai ao encontro de um crescente interesse por parte de alguns segmentos de mercado que buscam motivos/produtos turísticos menos massificados. Deste modo, alguns espaços rurais têm procurado constituir-se como destinos privilegiados nesta oferta, mas nem todos estarão apetrechados com os recursos turísticos e com as ferramentas de planeamento e gestão do território mais adequadas para ancorar o desenvolvimento a partir do turismo.

Com a presente comunicação pretende-se contextualizar nesta temática o caso de Almeida, espaço rural por excelência, localizado na raia beirão, paradigma das trajectórias em curso em vastas áreas do Interior de Portugal. Como foi possível concluir através de um estudo de caso realizado em Almeida, este território revela uma regressão demográfica e das actividades tradicionais pronunciada ao longo das últimas décadas. Contudo, apresenta um elevado potencial em termos turísticos, sobretudo em torno da oferta cultural, natural e nos segmentos do turismo no espaço rural, da saúde e bem-estar e do turismo residencial. Com recurso a alguns indicadores e ao diagnóstico do território, desenvolvido em conjunto com vários dos actores locais/regionais, foi possível detectar as potencialidades que Almeida apresenta em termos turísticos, mas também desvendar um conjunto de obstáculos que têm impedido a afirmação do turismo como um vector de desenvolvimento mais sustentável. Tendo por base esse estudo pretende-se enunciar algumas medidas, transversais a muitos outros territórios, que procuram neutralizar as fragilidades através da promoção de um conjunto de medidas estratégicas que promovam melhores formas de *governança* e incrementem o relacionamento entre actores (locais/regionais/nacionais e transfronteiriços) para, assim, rentabilizar melhor os recursos endógenos.

Palavras-chave: Planeamento estratégico, Espaços rurais, Produtos turísticos, Almeida.

Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural

Rita Maria Mendes de Pina²

Universidade de Lisboa, FLUL

O espírito de entreajuda designada “*Djunta mó*”³ caracteriza o povo cabo-verdiano desde a época colonial, na sequência da luta pela sobrevivência.

Após a independência nacional (1975), o desenvolvimento rural foi identificado como um sector prioritário e estratégico para o desenvolvimento nacional. As autoridades criaram as *Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra* (FAIMO) como alternativa para mitigar as consequências das secas e do desemprego. O financiamento do programa provinha da contrapartida da ajuda alimentar internacional e era controlado pelo FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) criado pelo Estado. As organizações criadas na altura eram de carácter estatal.

A partir da década de 90, com a implementação do regime democrático, o movimento associativo ganha maior força e torna-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana.

A apresentação que se propõe pretende evidenciar, de forma muito sintética, o estudo de caso de três associações comunitárias do interior da ilha de Santiago. São organizações de âmbito local, independentes do Estado, que surgiram inicialmente como pequenas empresas para a execução de projectos ligados à conservação do solo e da água. Estas organizações foram impulsionadas, em primeiro lugar, pela cooperação americana, por intermédio da ONG ACDI-VOCA (*Agriculture Cooperative Development International / Volunteers Overseas Cooperative Assistance*) através do Programa PL480 (*Food For Peace Program*), em parceria com a Direcção-Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária, e funcionam com base nos contratos-programa assinados com o Estado.

Com os ganhos obtidos da execução dos projectos, a maioria das associações construíram as suas sedes sociais e investiram ainda em actividades geradoras de rendimentos locais, como o micro-crédito, loja comunitária, espaços de lazer, entre outros.

Apesar do importante papel que as associações vêm desempenhando no processo de desenvolvimento rural, persistem ainda problemas relacionados com a fraca capacidade de organização e de gestão, o fraco envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão, além de que a maior parte dos seus elementos consideram a associação como uma micro-empresa de trabalho público.

² Mestranda em Geografia, área de especialização de Desenvolvimento Regional e Local (FLUL). E-mail: rdepina77@gmail.com.

³ Desde os tempos remotos, as circunstâncias da vida impuseram aos cabo-verdianos um espírito de solidariedade em que as pessoas juntam esforços para ultrapassar dificuldades e/ou obstáculos dando resposta a uma necessidade concreta. Essa acção é denominada de “*Djunta mó*” na ilha de Santiago.

Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural: o exemplo do Piódão

Paulo de Carvalho e Juliana Correia
 Centro e Instituto de Estudos Geográficos
 Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra
 3004-530 Coimbra (Portugal)
 paulo.carvalho@fl.uc.pt; juliana_correia@portugalmail.com

A promoção do desenvolvimento sustentado das montanhas emerge nos últimos anos como temática de grande actualidade científica e social.

No caso de Portugal, uma parte significativa dos espaços serranos/montanhosos, com as suas dinâmicas de refuncionalização territorial e renovação da imagem, reflectem de modo crescente o novo sistema social de valores e as práticas turísticas e recreativas das populações urbanas. Neste contexto, os recursos eco-culturais aparecem de forma recorrente ancorados aos processos de turistificação, nomeadamente as modalidades alternativas de turismo, que podem suscitar trajectórias inovadoras e sustentadas de desenvolvimento regional e local.

Ao mesmo tempo, reconhecemos importantes preocupações no âmbito de políticas e instrumentos de desenvolvimento, com aplicação nas áreas de montanha, que reflectem as megatendências das orientações políticas mais recentes das instituições europeias, designadamente o fomento da cooperação como ferramenta de trabalho para o desenvolvimento territorial e a crescente dimensão territorial das políticas públicas.

Porém, a realidade está muito marcada pela complexidade, diversidade e frequente desarticulação das políticas e intervenções alinhadas no período de vigência dos quadros comunitários de apoio.

A discussão deste contexto teórico e o seu aprofundamento aparecem relacionados com um estudo de caso centrado no Piódão (Serra do Açor – Cordilheira Central Portuguesa), que pretende identificar diversas iniciativas de patrimonialização e turistificação, compreender os seus efeitos sócio-territoriais e apresentar as linhas orientadoras de um projecto de investigação inovador a desenvolver neste domínio.

A realidade do rural interior: o caso de Vila Garcia.

Maria Inácia Sobral Félix Faria
 Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras
maria.isf.faria@hotmail.com

Em toda a União Europeia o combate à pobreza e à exclusão social tem vindo a ocupar uma boa parte das Agendas Governamentais Nacionais, nomeadamente no que respeita à adaptação dos territórios rurais às novas realidades socioeconómicas. Portugal não é excepção e nas últimas décadas veio desenvolvendo projectos, mais ou menos inovadores, com vista a diminuição das assimetrias rural/urbano.

No entanto, para além da enorme diversidade de territórios, o processo de execução desses projectos enfrenta vários obstáculos, como o envelhecimento demográfico, a emigração ou o desemprego que impedem a realização plena dos objectivos propostos.

O crescente abandono dos espaços rurais é um tema actual, objecto de estudo e sujeito às mais variadas sugestões no sentido de o contrariar. Acontece que na prática as bem-intencionadas sugestões não funcionam, porquanto não se compatibilizam com as necessidades e exigências das novas populações.

É neste contexto se insere Vila Garcia, uma aldeia situada no Concelho de Trancoso (Beira Interior Norte). Com menos de duas centenas de habitantes⁴ é hoje o retrato da mais profunda interioridade, abandono e desertificação, onde as novas tecnologias chegam devagar e a palavra competitividade não faz parte do vocabulário local.

Descobrir e revelar potencialidades que possam minimizar os efeitos das debilidades naturais do território, nomeadamente o clima, as distâncias ao litoral e às grandes capitais, é o objectivo da comunicação a que nos propomos.

⁴ Dados INE, Censos 2001.

As mudanças provocadas pelo turismo no contexto da propriedade rural: o caso de um pequeno município na região sul do Brasil

Ivo Elesbão⁵

As pessoas que vivem na cidade estão cada vez mais buscando o espaço rural como local de lazer e turismo. A constituição de uma demanda ávida pelo contato com o campo impulsiona novas oportunidades de empreendimentos no intuito de satisfazer os anseios dessa parcela da população. Essa revalorização do rural pode contribuir na dinamização de determinadas regiões e potencializar a geração de sinergias para o desenvolvimento local. O potencial desse novo olhar dos cidadãos em relação ao campo na geração de um conjunto de atividades e sinergias não pode ser negligenciado, no entanto, a constituição de uma crescente demanda pelo rural como espaço de lazer e turismo vem trazendo inquietações, pois, além de provocar mudanças na organização do espaço rural, que passa a ser freqüentado por um número significativo de pessoas, também implica mudanças no convívio familiar dos que se envolvem diretamente com os visitantes. O turismo provoca efeitos no espaço rural onde ele é desenvolvido, principalmente nas propriedades que recebem os visitantes, ou seja, no contexto das famílias rurais que investiram na atividade turística. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da atividade turística no espaço rural do município de São Martinho na percepção dos empreendedores turísticos, ou seja, das pessoas que investiram e estão envolvidas diretamente nesta atividade. São Martinho está localizado no Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil e segundo o último Censo Demográfico de 2000, possuía um total de 3.274 habitantes, sendo que 72,9 % destes viviam na zona rural e 27,1 % na zona urbana. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e, com base em entrevistas realizadas com os proprietários dos empreendimentos de turismo no espaço rural, buscou-se identificar os efeitos desta atividade no contexto de suas propriedades. Identificou-se no espaço rural de São Martinho dez empreendimentos que no período de realização do trabalho de campo estavam recebendo visitantes, sendo que todos eles foram pesquisados. A atividade turística é a principal fonte de receita familiar em nove das dez propriedades pesquisadas, representando no mínimo 60,0 % da receita, chegando em uma delas a 100,0 %. Em média a receita total familiar é composta por 79,5 % proveniente de atividades ligadas ao turismo, ou seja, elas dependem consideravelmente desta atividade. Pôde-se observar que a atividade turística em vez de ser apenas um complemento da receita familiar, responde pela maior parte do sustento dessas famílias, representando em duas delas praticamente todos os recursos gerados. Houve nas propriedades abertas à visitação o que podemos chamar de refuncionalização, ou seja, a mão-de-obra familiar passou a dar prioridade às atividades ligadas ao turismo. Embora haja uma gama de atividades secundárias que foram relatadas como geradoras de receita, é certo que a importância delas parece ter diminuído muito em relação ao que era no pré-turismo.

⁵ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Rio Claro, SP. Prof^o. da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Cruz Alta, RS. E-mail: ivoelesbao@yahoo.com.br

Serviços e Desenvolvimento: que oportunidades para as áreas rurais?

Teresa Alves

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG)

teresa.alves@fl.ul.pt

A importância dos serviços em termos do emprego, do produto gerado, da qualidade de vida das populações, faz com que o seu estudo tenha vindo a assumir uma crescente importância na Geografia Económica e Social dos nossos dias. Por outro lado, o agravamento das condições das áreas rurais, particularmente das mais marginais, leva a que nos questionemos sobre as oportunidades que podem ser promovidas pelo desenvolvimento das actividades de serviços. É neste contexto que nos propomos uma comunicação sobre as perspectivas para as áreas rurais decorrentes da generalização de uma sociedade dominada pelo emprego e pela produção das actividades e funções de serviços.

Partindo duma análise global sobre o significado económico e social do desenvolvimento das actividades e funções de serviços, procuramos identificar tipos de áreas rurais em Portugal, tendo em conta a evolução e características dos serviços. Com o estudo do papel desempenhado por vários tipos de serviços nas economias locais, procuramos identificar tipos de serviços estratégicos para a resolução dos principais problemas das áreas rurais (crescimento do emprego qualificado, diminuição dos desequilíbrios territoriais, preservação dos recursos naturais e ambientais, etc.). Por fim, identificaremos novas oportunidades para as áreas rurais face às mudanças sociais (ex: valorização da qualidade ambiental) e tecnológicas (ex: telecomunicações) em curso.

Distribuição, Restauração, Turismo e Valorização de Produtos Locais: o Caso do Douro-Duero

Artur Cristóvão, Luís Tibério e Sónia Abreu
acristov@utad.pt; mtiberio@utad.pt; soniafdz@utad.pt

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
 Cento de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

A comunicação tem por base resultados obtidos no âmbito da Acção de Investigação “Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro ~ Duero”, inserida no Projecto INTERREG III A - “Aproveitamento e Valorização dos Recursos”, desenvolvida, em parceria, por investigadores das Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e Salamanca (USAL). O território de incidência do estudo compreende a região fronteiriça luso-espanhola, abrangida pelo “Parque Natural do Douro Internacional” (PNDI), em Portugal, e pelo “Parque Arribes del Duero”, em Espanha. Trata-se de um território rural periférico, desfavorecido e de muito baixa densidade populacional.

O sucesso de qualquer estratégia de promoção e desenvolvimento dos produtos agro-alimentares locais e típicos está condicionado pelas variáveis distribuição e consumo. Assim, a preservação de sistemas de produção e produções agrícolas tradicionais em regiões agro-rurais desfavorecidas e de baixa densidade populacional está estritamente relacionada com o consumo local dos produtos aí obtidos, o qual depende da sensibilidade da distribuição (grossistas e retalhistas) e restauração locais para participar nos processos de valorização e na apetência dos visitantes e turistas para a compra e consumo deste tipo de produtos.

É objectivo principal deste artigo reflectir sobre contributo da distribuição e restauração locais na comercialização dos produtos típicos do território e avaliar a receptividade de visitantes e turistas para o seu consumo. Recorremos à metodologia de inquirição e observação. Foram preparados diversos instrumentos de recolha de informação: Inquérito à Restauração e a Agentes Locais de Distribuição, Inquérito a Visitantes e Guião de Observação de Feiras e Mercados Locais. Algumas conclusões podem ser avançadas: i) A oferta dos produtos agrícolas locais não responde às exigências comerciais da distribuição grossista; ii) A distribuição retalhista revela fraco interesse na compra directa aos produtores de produtos agrícolas locais; iii) A gastronomia é uma forma privilegiada de valorização local dos produtos do território; iv) O turismo é ainda incipiente, todavia, os visitantes deste território procuram os produtos típicos da terra; v) A oferta da generalidade dos produtos (transformados ou em natureza) não está ainda preparada para responder a procuras específicas e a nichos de mercado mais exigentes no que respeita, sobretudo, à dimensão comercial da qualidade dos produtos (embalagem, rotulagem e apresentação geral).

O Papel da Mulher no Desenvolvimento Rural. Uma leitura da situação de Timor-Leste

Vanda Narciso (IAPMEI)
vandanarciso@mail.telepac.pt

Pedro Damião de Sousa Henriques (Universidade de Évora)
pdamiao@uevora.pt

Partindo do reconhecimento que as mulheres desempenham um papel relevante no desenvolvimento das zonas rurais dos países em desenvolvimento, da importância em dar atenção às questões de género no desenvolvimento rural e tendo em consideração a invisibilidade da sua contribuição, tentamos identificar os contributos que as mulheres de Timor-Leste poderão dar ao processo de desenvolvimento do seu país, através da sua participação na economia rural e da adequação dos instrumentos legais e tradicionais disponíveis.

A participação da mulher na economia rural desenrola-se em duas esferas: a reprodutiva, geracional e diária, que está relacionada com o chamado trabalho doméstico e a produtiva, que está relacionada com as actividades agrícolas, não-agrícolas e de trabalho remunerado fora da agricultura.

A metodologia utilizada recorreu essencialmente a análise de informação documental (estatísticas, relatórios e outros documentos) e a informação recolhida em duas estadias em Timor-Leste em 2000 e 2003. Nestas visitas foram realizadas entrevistas em áreas rurais a pessoas chave seguindo um guião não rígido.

Após uma revisão das principais correntes sobre o papel da mulher no desenvolvimento rural e dos instrumentos de direito internacional relevantes neste domínio, é feita uma caracterização da situação da mulher em Timor-Leste, abrangendo aspectos sociais como os rituais e os papéis de género, a família, o acesso aos recursos e aos serviços e a divisão do trabalho. Faz-se igualmente uma leitura da situação da mulher perante o sistema legal-formal e o sistema costumeiro-tradicional. O estudo salienta que existem diferenças significativas entre o sistema legal e o sistema costumeiro. A coexistência destes dois sistemas e das suas diferenças poderão ter um impacto não negligenciável no contributo das mulheres para o desenvolvimento.

É de salientar a desigualdade de género no acesso aos recursos, nomeadamente à terra, a divisão rígida das tarefas no seio do agregado familiar e os problemas associados à elevada prevalência de violência de género na família e comunidade.

Palavras-chave: género, desenvolvimento rural, direito costumeiro e Timor-Leste.

Modelo de Análise Espacial para Avaliação do Carácter Multifuncional do Espaço

Fernandes, J. P.¹, Guiomar, N.², Neves, N.¹

¹ Universidade de Évora

² Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Do ponto de vista espacial é possível definir três tipos de multifuncionalidade¹: [1] combinação espacial de unidades territoriais separadas com diferentes funções; [2] presença de diferentes funções numa mesma unidade territorial separadas temporalmente; e [3] a integração de diferentes funcionalidades na mesma unidade de território e no mesmo espaço temporal. Por outro lado, podem identificar-se determinadas características espaciais que traduzem a sua funcionalidade a montante ou a jusante do seu ponto de inserção.

O enquadramento horizontal e vertical das funções do território (económicas, ecológicas ou meramente funcionais), permite a modelação espacial das relações laterais entre as diferentes funções e restrições espaciais, e a determinação da sua influência na resolução dos problemas territoriais, e ainda diagnosticar potencialidades e fragilidades e integrar estratégias.

A construção, ensaio e resolução de modelos de planeamento e gestão multifuncional do espaço, com diferentes tipos de organização espacial e com objectivos múltiplos, que visem o estabelecimento de estratégias que potenciem a obtenção de condições de bom desempenho das funcionalidades associadas ao espaço florestal, será discutido neste trabalho, assim como a aplicação de modelos de simulação e produção de cenários envolvendo variáveis ambientais e sócio-económicas, para determinação dos riscos inerentes à decisão.

¹ Brandt, J., e Vejre, H., 2004. Multifunctional Landscapes – motives, concepts and perspectives. In J. Brandt, J. e H. Vejre (Eds). *Multifunctional Landscapes. Volume 1: Theory, Values and History*. WITpress, pp. 3-31.

O Enoturismo: da tradição à inovação, uma forma de desenvolvimento rural

Ana Isabel Inácio

Instituto Superior de Novas Profissões
 anaianacio@netcabo.pt

O Enoturismo é uma forma de turismo característica da modernidade mas que possui raízes ancestrais ligadas à cultura da vinha e do vinho, onde se assume que o vinho não é apenas uma bebida, constitui-se como uma combinação de cultura, território e “estilo de vida”, uma forma de expressão cultural de hoje e de sempre na cultura mediterrânica e que actualmente se apresenta como uma das actividades mais dinâmicas no contexto do universo rural.

A actividade vitivinícola tem sido fortemente subvencionada por fundos comunitários nas últimas duas décadas, tem sabido crescer e afirmar-se nos países do “novo mundo”, conseguindo com mestria modernizar-se e inovar nas suas formas de produção, comercialização e até de consumo, ocupando hoje um lugar de destaque crescente nos países ocidentalizados, à semelhança da actividade turística.

Numa sociedade reflexiva em crise, num tempo em que se procuram traços de identidade que nos caracterizem e distingam, este parece ser, por isso, um casamento perfeito sendo que a “cadeia de valor” resultante das sinergias derivadas desta relação entre o turismo e a viticultura é superior à valência de cada uma destas actividades isoladamente. Em conjunto permitem e prometem o desenvolvimento e a dinamização dos espaços rurais de forma inovadora.

Para o mundo rural, o Enoturismo surge como um novo fôlego, pois implica uma redefinição das funções e dinâmicas destes espaços rurais e das suas economias. Constituindo-se de modalidades como o Agro-Turismo; as visitas às caves e adegas; as feiras, eventos e festas do vinho e da vinha; os cruzeiros; os *spas*; os passeios pelas vinhas de balão, helicóptero, comboio, *charrete*, bicicleta ou a cavalo e um grande número de outras actividades, formas totalmente inovadoras de experimentar e melhor conhecer o mundo rural.

Para a actividade turística desenvolvida nestes espaços, os turistas não vão apenas à procura de provar, beber ou comprar vinho, para isso deslocar-se-iam a uma loja ou clube de vinhos, aqueles satisfazem-se sobretudo experimentando e descobrindo os vinhos no seu local de origem, constituindo-se como uma “experiência global” que emerge todos os sentidos.

O caso do Enoturismo na região do Douro é particularmente paradigmático. A actividade vai buscar raízes culturais tradicionais mas que acontecem em espaços rurais prósperos, associados a uma agricultura dinâmica e moderna. A sua paisagem é património mundial classificado pela UNESCO e o volume de turistas e receitas associadas a esta actividade é já considerável, plasmando a forte dinâmica desta relação: 11 mil visitantes presentes

na sede da Rota do Vinho do Porto já este ano, aproximadamente 12 mil turistas na Quinta da Pacheca, distinguida com o prémio internacional *Best of Wine Tourism* em 2006, são alguns dos exemplos desta dimensão. Percebe-se, por isso, que apesar de ser considerado um “turismo de nicho” tem a possibilidade de capitalizar oportunidades numa lógica de complementaridade com as actividades agrícolas mas também com outras actividades turísticas existentes resultando em claras mais valias para ambos os sectores.

Enoturismo entre tradição e inovação porque a actividade tem a capacidade de pegar no passado, aproveitando aquilo que fomos, que somos e que provavelmente seremos, aquilo que nos distingue e valoriza, criando novos produtos complementares ao vitivinícola. O Enoturismo significa uma nova modalidade de turismo e de possibilidade de exploração do mundo rural e até mesmo de (re)invenção desse espaço de forma inédita e revela-se capaz de potenciar o seu desenvolvimento e dinamização.